



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

GÊNERO COMO TECNOLOGIA: uma proposta contra-hegemônica.

MARIKO HANASHIRO ¹
NENO ROSA ¹

Resumo

Este trabalho busca dialogar sobre os conceitos de gênero e tecnologia em uma perspectiva crítica centrada em identidades de gênero fora da cisgeneridade, demonstrando as transformações sociais propagadas por esses grupos contra-hegemônicos, estruturando ferramentas, estratégias, e projetos que dinamizam o gênero como um potente movimento de questionamento e cisão da sociabilidade posta. Desta forma, objetiva-se a expor a possibilidade do gênero como tecnologia de transformação social.

Palavras-chaves: Gênero, tecnologia, transformação.

Abstract

This work seeks to dialogue about the concepts of gender and technology in a critical perspective centered on gender identities outside cisgenderism, demonstrating the social transformations propagated by these counter-hegemonic groups, structuring tools, strategies, and projects that dynamize gender as a potent movement of questioning and splitting of the sociability posed. In this way, the objective is to expose the possibility of gender as a technology of social transformation.

Keywords: Gender, technology, transformation.

1.0 INTRODUÇÃO

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica De São Paulo

Conceitos de gênero e tecnologia se esbarram constantemente em análises reducionistas e padronizadoras. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo dialogar com perspectivas de Tecnologia e de Gênero estreitamente ligadas às transformações sociais, identificando como *tecnologia* toda e qualquer criação humana desenvolvida para modificar a vida em sociedade. Assim, a categoria social gênero, como as materializações da tecnologia, são postas como produtos e processos dessas modificações/transformações sociais.

Neste contexto, busca-se diante essa apreensão teórica trazer ao debate de categorias sociais, gênero como efetivamente uma tecnologia. Seja pelo viés de exploração e subdivisão de papéis e responsabilidades na produção e reprodução social², ou seja pela potência transformadora e questionadora da sociabilidade constituída pelos valores e práticas no sistema capitalista ocidental. Desta forma, utilizamos da teoria crítica marxista para reconhecer a totalidade que permeia essa temática, expondo as bases estruturais desse sistema que se constitui intrinsecamente atreladas às opressões de raça, gênero e classe social.

Buscamos aqui focar numa abordagem de visualidades contra-hegemônicas nessa relação, trazendo exemplos de movimentos sociais atuais e históricos que se direcionam a potencializar a emancipação política e o reconhecimento de diversas expressões não descritas e legitimadas no padrão da sociabilidade capitalista. Assim, compreendemos que a emancipação humana³, não é possível dentro desse sistema cis-hetero-patriarcal-capitalista. Sabe-se também, que dentro desse sistema de opressões mercadorizado, não há o uso (e nem interesse) das potencialidades críticas na produção de tecnologia.

Com isso, para abordarmos as potencialidades críticas nessa relação, focamos em utilizar o recorte de gêneros que rompem com a cisgeneridade, como

2Na concepção marxista a reprodução social refere-se a “como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nessa sociedade” (YASBEK, 2018, p.48) , que engloba a totalidade da vida, não somente a reprodução material e o modo de produção, mas também a reprodução espiritual e das formas de consciência social com os quais o ser humano se posiciona na vida social.

3Na teoria crítica marxista, o conceito de emancipação humana é radical, extinguindo todas as relações humanas de rebaixamento, escravização e outras relações de poder legitimadas no sistema do capital. Segundo Neto (2012, p.71), “só quando o homem individual real retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual, - na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais - se tornou ser genérico; como forças sociais, e portanto, não separa mais de si a força social na figura da força política - ´[é] só então [que] está consumada a emancipação humana.”

identidades travestigêneres e não-binárias⁴. Neste sentido, nos direcionamos a permear a emancipação política como plano estratégico de existência na sociabilidade capitalista; identificando que, apesar de seu caráter parcial, a emancipação política é um passo principal para disfunção da ordem posta (Netto, 2012). E foi reconhecendo as contradições e opressões do sistema capitalista, que desenvolvemos a discussão deste presente trabalho.

2.0 DESENVOLVIMENTO

A cultura operante do patriarcado, constituiu a centralidade no homem branco cis-heteronormativo, elaborando tecnologias materiais e imateriais para dominação social. Desta forma, a divisão social por *gênero* vem sendo utilizada como um modo tecnológico de dominação desde o processo de colonização como “*uma forma primária de dar significado às relações de poder*” (SCOTT, 1995 apud NASCIMENTO, 2021).

Da mesma maneira, as transformações advindas do avanço da tecnologia, historicamente também estão sendo utilizadas para dominação, exclusão e exploração no sistema capitalista. Abarcando uma característica substitutiva e exploratória (VELOSO, 2011), as construções tecnológicas vêm mudando abruptamente as formas de reprodução do trabalho e da vida social na sociedade capitalista. Todavia, como movimento contraditório, as materialidades tecnológicas como a internet, traz a possibilidade de vislumbrar, criar e expandir (mesmo que de forma limitada pelo domínio das grandes corporações sobre esses meios) outros conceitos e práticas no modo de existir diante o capitalismo.

Contudo, mesmo antes dos avanços materiais da tecnologia que visualizamos atualmente, as relações sociais sempre foram tensionadas pelos grupos mistificados pelo padrão hegemônico do capital. Neste sentido, as expressões advindas historicamente pela cultura, como o Teatro (um dos principais meios de reconhecimento de outras centralidades de gênero e sexualidade no Brasil), com apropriações por pessoas trans e travestis na criação lúdica de possíveis novos

4Ao longo do artigo, usar-se-á o termo “trans” assim como Letícia Nascimento (2021) utiliza em sua obra, buscando abarcar identidades não cisgêneras, contemplando dentre elas, travestis, mulheres e homens transgêneros, transmasculines, e pessoas não-binárias (Nascimento, 2021).

espaços políticos e sociais de existência e vivência, se constituíram como tecnologias de disputa da ordem posta. Cita-se como exemplo o grupo de teatro "Divinas Divas" que foi crucial na cena artística travesti do Rio de Janeiro, contando com personalidades como Rogéria, Jane di Castro e Eloina. Como quadro mais recente destaca-se por exemplo Renata Carvalho, uma das criadoras do MONART (Movimento Nacional de Artistas Trans).

Esses espaços ultrapassavam e ultrapassam a dimensão da cultura e entretenimento para articulação de movimentos políticos sociais. Inclusive, muitas vezes foram os únicos espaços possíveis para a construção política dessa população, elucidando referências e saberes únicos dessa comunidade. Desse modo, as expressões artísticas sempre foram tecnologias/ferramentas extremamente importantes na construção de movimentos sociais nessa disputa e tensão com o padrão moral, sexual e de gênero imposto.

Com isso, a identificação de gênero como tecnologia (transformação social) pode ser entendida em diversas perspectivas. As principais se contrapõem em âmbitos ambíguos, nos quais, por um lado é utilizado para padronizar status, lugar, e responsabilidades sociais para legitimar a dominação patriarcal eurocêntrica na sociedade de classes, por outro, se constituiu - e constitui - como uma das categorias principais de questionamento e disputa pelo sistema social. Assim, a tentativa de reestruturar o conceito de gênero, perpassa necessariamente por perspectivas ontológicas e estruturais, que podem potencializar e vislumbrar uma nova sociabilidade, comprometida com a universalidade efetiva de direitos e equidade social.

2.1 Gênero como tecnologia

Para descrever o conceito de gênero como tecnologia, utilizamos as perspectivas pautadas no filósofo francês Foucault, que rompeu com as interpretações *binárias de gênero com bases biológicas*. Desta forma, a partir da interlocução de gênero e tecnologia proposta pelo autor, podemos visualizar uma compreensão estritamente comprometida em articular os processos históricos às designações de gênero na sociedade atual. Foucault aborda os sujeitos como

produtores de si mesmos por meio de relações de poder específicas, localizados em processos culturais, políticos e históricos. Lauretis (2019 apud NASCIMENTO, 2021) discorre a partir desse conceito Foucaultiano, compreendendo que nem gênero nem sexualidade são propriedades de corpos naturais, sendo gênero tanto produto quanto processo das transformações nas relações sociais e de poder. Sendo assim, as proliferações discursivas que produzem masculinidades e feminilidades mediante um padrão imutável, são “tecnologias de gênero” para dominação/exploração. Já o autor Paul Preciado (2018 apud Nascimento 2021), compreende por sua vez que gênero como tecnologia além de modificar o caráter natural das relações sociais no capitalismo, também produz novas e infinitas formas de existir. Essa produção ocorre em múltiplas dimensões e faz com que as pessoas identifiquem-se como corpos generificados, e é por meio da compreensão que não há limites fixos no gênero entre o *orgânico* e o *cultural*. Donna Haraway (2013 apud NASCIMENTO 2021) defende que todas as pessoas são híbridas, compreendendo gênero enquanto performace, no processo de produção social de corpos e do sexo.

Ferreira (2020), *marxista queer*⁵, dialoga com esses autores afirmando que o subjetivo das pessoas é constituído mediante condições concretas e materiais em que se insere, todavia, como sujeito do fazer histórico, as pessoas são capazes de produzir a realidade e a si mesmo. Assim, se a realidade é feita pelos seres humanos, estes produzem a sociedade na qual vivem, inclusive a identidade, o gênero e a sexualidade, sendo esses produtos sociais oriundos da consciência social⁶.

Sendo assim, a apreensão de gênero como tecnologia perpassa a interlocução entre o “padrão” dominante e legitimador da ordem posta, e a projeção/criação de novas formas de se identificar no processo de reprodução social, que não se abstém das materialidades históricas e nem das condições concretas de existência no capitalismo, mas vislumbra, estrutura e efetiva, novas e

⁵Ferreira (2015) reivindica dessa forma que, apesar da teoria *queer* ter sido produzida por movimentos culturais pós-estruturalistas, não significa que ela não possa ser elaborada por meio de observações, axiomas e postulados frutos de pesquisas e abstrações materialista-históricas.

⁶Não são todas as sociedades que experimentam as mesmas normas de gênero, assim como nem todas se fundam no pressuposto de haver dois sexos e dois gêneros. A Índia por exemplo, possui as Hijras e a Polinésia as Fa'afafine como expressões do terceiro gênero (FERREIRA, 2015). Lhamana, Bissu e Eka são também outros exemplos de terceiro gênero.

infinitas formas de expressar-se enquanto ser social. Uma vez que essas novas formas estão postas ao mundo concreto, as disputas sociais se intensificam e requerem novas formas de agir e existir subjetivamente.

2.2 Ferramentas virtuais

São múltiplas as mediações que constituem os tecidos das relações da sociabilidade humana, como os contextos sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos, o gênero, idade, raça, etnia. A compreensão desse processo em sua totalidade é complexo e contém sempre a possibilidade do novo, do diverso e do contraditório pois está em permanente movimento (YASBEK, 2009 apud YASBEK, 2018).

Santos e Martinelli (2019) ao discorrerem sobre a sociabilidade no âmbito das relações familiares e nos lugares de convívio social de forma atrelada ao diálogo dialético com a categoria identidade, de ser e ser visto, apontam diversas situações de (possíveis e recorrentes) exclusão, violação de direitos, preconceitos e discriminações na trajetória da vivência da identidade no âmbito familiar, na relação com o território de origem, na vivência escolar e no trabalho.

Na construção da sociabilidade, Nascimento (2021) ao resgatar memórias das travestis e o uso de silicone industrial nos anos de 1980, expõe as redes de informação entre a comunidade. O relato da Thina, traz visibilidade a essas redes (VERAS 2017 apud NASCIMENTO 2021):

“A gente comprava na farmácia, e o silicone era clandestino, como sempre é, né?! Vinha de São Paulo, a maioria vem de São Paulo e as bombadeiras bombavam. A gente ia pesquisando, ia atrás e as pessoas iam indicando quem bombava, quem não bombava, entendeu?” (VERAS, 2017 apud NASCIMENTO, 2021, p. 76)

Neste trecho, evidencia-se que a existência de redes de acessos e informações não são de hoje. As redes sociais virtualizadas⁷, por sua vez,

⁷Segundo Faustino (2020) as tecnologias, especialmente as de comunicação, são consideradas ora demoníacas, ora divindades libertadoras, porém, ambas as posições são fetichizadas, sendo elas fruto de relações sociais historicamente determinadas que se projetam com determinadas finalidades políticas, culturais e econômicas. Não se deve excluir delas seu valor de uso como a utilidade social que propicia por exemplo a descentralidade da possibilidade de fala, colaboração e criatividade. Ainda vale ressaltar a discussão e produção colaborativa de plataformas e estratégias seguras de comunicação como o Movimento Software Livre.

evidenciada pela característica expansiva de informações em tempo real, quebrando barreiras de espaço e tempo, possuem a potência crítica de possibilitar distintas expressões de sociabilidade, além de ser um espaço que facilita a discussão ampla sobre gênero, abordando a transgeneridade e promovendo a difusão de informações críticas. Jaqueline Gomes de Jesus (2013 apud NASCIMENTO 2021), resgata a comunidade *Transfeminismo*⁸ no Facebook e um blog homônimo, ambos criados e administrados por Beatriz Bagabli, Hailay Kaas, Viviane Vergueiro Simakawa, Nicholas Athayde-Rizzaro e Luc Athayde-Rizzaro, que foi responsável por debates diante o conceito de transfeminismo nas páginas *Blogueiras Feministas* e *Blogueiras Negras*. Essas experiências vividas, trazem consigo a internet como um espaço importante para propagação de ideias, produção e circulação de saberes para além da cisgeneridade e os padrões nela imposto, constituindo espaços de acolhimento e aprendizado e de apoio em comunidades virtuais.

O uso da internet como um espaço que possibilita a amplificação de vozes que rompem com a mídia tradicional, não é exclusivo dos movimentos transfeministas. Destaca-se por exemplo: @tukuma_pataxo e @sam_sateremawe além da @midiaindiaoficial como amplificadores de vozes indígenas, @ciganagens como coletivo de narrativas ciganas, @midianinja como propagador de jornalismo e narrativas independentes, @ojoioeotriga com jornalismo investigativo sobre alimentação e saúde, @chavosodausp discutindo sobre educação e periferia, dentre outros.

Pode-se destacar ainda, coletivos e perfis como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (@antra.oficial), que hoje é um dos principais espaços de discussão sobre direitos e políticas para Travestis e Transexuais no Brasil, possuindo em seu instagram cerca de 119 mil seguidores; o coletivo Mães pela Diversidade (@maespeladiversidade) com 103 mil seguidores no instagram, sendo um espaço de difusão de informação, vivências e acolhimento para mães e

⁸O feminismo historicamente tem congregado experiências de resistência às desigualdades de gênero. Porém assim como Sojourner questionou e reivindicou a particularidade racial, com vivências e reivindicações que se contrapõe ao feminismo branco, o *Transfeminismo* provoca o tensionamento político e disputa do conceito gênero que garante a entrada de mulheres transexuais e travestis no feminismo como sujeitas de luta, experiências e produções conceituais, tornando assim o feminismo mais plural.(NASCIMENTO, 2021)

país de pessoas LGBTQIAP+. Além disso, plataformas importantes de acesso digno ao trabalho por pessoas trans como a Transempregos (@transempregos), inserida em diversas redes sociais, que elabora parcerias com empresas privadas para a criação de vagas exclusivas para pessoas travestigêneres e não-binaries, só em seu instagram possui cerca 61,2 mil seguidores; a BRAVA (@brava.sp), também é um espaço que merece destaque, articula conexões que promovem cursos e formações profissionais com diversas temáticas, além da produção de conteúdos rompendo com a lógica cis, hétero, branca, patriarcal, discutindo sobre diversos temas, dentre eles, autobiografias trans: tempo e memória; não-binariedade e o uso da linguagem neutra; transfeminismo; Tybyragegens: um olhar contracolonial sobre gênero e sexualidade uma perspectiva filosófica, identidades de gênero, Deficiência, Gênero e Sexualidade dentre outros temas facilitados por Letícia Nascimento, Gustavo S. Fernandes, Caio Jade, Okara yby Potyguara, Angie Barbosa. Os cursos ou aulas são divulgados pelo instagram e ofertado via plataforma Zoom, possibilitando que pessoas de locais diversos se encontrem virtualmente e troquem saberes.

Outro exemplo do uso de ferramentas virtuais é o aplicativo *Dandarah*, criado a partir do Projeto Resistência Arco-Íris da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), em parceria com ANTRA e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Esse aplicativo se propõe a ser um ecossistema virtual, sendo um canal informativo, mas também um espaço para denunciar, registrar, enfrentar e evitar diversas formas de violência. Assim, por meio de avaliação dos próprios usuários será possível mapear locais seguros para a comunidade LGBTQIAP+. Ainda, o aplicativo conta com o botão do pânico que ao acionado envia mensagem para cinco pessoas já cadastradas pelo usuário informando que a pessoa encontra-se em situação de risco. Na plataforma estão disponíveis também informações sobre delegacias e serviços de apoio mais próximos e de locais seguros para LGBTQIAP+ (FIOCRUZ, 2019).

As redes sociais virtualizadas, além da difusão em massa de diversas e infinitas informações que atravessam a lógica de sociabilidade posta, tem permitido trazer à centralidade e legitimidade pessoas marginalizadas pelo sistema, sendo referências teóricas e práticas de saberes e vivências antes mistificadas e excluídas,

constituindo-se como uma ferramenta muito importante na busca de transformações sociais comprometidas com a universalidade de direitos e existência.

Todavia, o sistema capitalista em que estamos inseridos também se reformula e se adequa, abrindo concessões e se adaptando a realidade postas. Sabe-se por exemplo, que a conquista de cotas em empresas para pessoas trans apesar de um avanço, ainda não permitiu alterações profundas no mundo corporativo em cargos de chefia e em sua maioria são cargos com baixos salários que excluem corpos com deficiência ou corpos que não atendam a um determinado padrão. O mercado encontrou um enorme nicho para lucrar por meio de propagandas e produtos com foco no público LGBTQIAP+. Dentro do próprio movimento LGBTQIAP+ (ou pelo menos parte dele) se faz discussões sobre o *pink money*⁹ e criticam empresas com a fachada LGBTQIAP+*friendly*¹⁰ em seus produtos e propagandas, mas que internamente são LGBTQIAP+fóbicas e não promovem mudanças reais em seu espaço corporativo. Questiona-se também, ao se falar sobre representatividade, quem, quais os corpos e como representam e ocupam os lugares nos meios de comunicação como em propagandas, que em geral são corpos cisgêneros, brancos, magros e sem deficiência.

2.3 Espiritualidade

O direito de ser e pertencer, perpassa também o direito ao exercício da espiritualidade. Nesse quesito, destaca-se a construção de teologias por meio de vivências LGBTQIAP+s, dentre elas vivências de pessoas trans. Fazer essa afirmação, não é nos omitir das violências que ocorrem nos ambientes religiosos ou provocado por discursos de religiosos em nome de deuses. Sabemos, por exemplo, do controle histórico de corpos realizado pelas igrejas cristãs ao longo da história e do papel dela na manutenção do patriarcado¹¹, porém é demarcar que há

⁹*Pink Money*: poder de consumo da população LGBTQIAP+

¹⁰*LGBTfriendly*: “Amiga”/Aliada da comunidade LGBTQIAP+.

¹¹Fellipe dos Anjos em “Biopolíticas do Sacrifício” (2019) faz uma discussão sobre a exceção e o paradigma teológico-político do poder soberano, a exceção e a estrutura sacrificial como religião, a violência e o sagrado, alteridades monstruosas: os mecanismos da violência sacrificial entre outro temas. Apesar da obra ser voltada para tratar a temática da violência de Estado no Rio de Janeiro contra corpos negros, a discussão de poder, religião, sagrado e sacrifício extrapola essa temática e permite compreender a máquina de violência sacrificial como um todo.

potencialidades e tecnologias que ocorrem também. Dentro da teologia cristã evangélica tem-se como exemplo a teologia *queer*, assim como a teologia negra, a teologia africana, teologia feminista das quais as produções não são de hoje, porém, muitas pessoas foram perseguidas, registros queimados e a teologia hegemônica prevaleceu como uma teologia única. Destaca-se, por exemplo, a Reverenda Alexya Salvador, pertencente à Igreja Comunitária Metropolitana (ICM). A ICM surgiu nos Estados Unidos e foi fundada em 1968 por pessoas trans¹².

Dentre as igrejas inclusivas e/ou afirmativas da qual a ICM faz parte, soma-se a Comunidade do Refúgio, Igreja da Vila, Igreja Batista do Caminho e coletivos como Evangelicxs pela diversidade (@evangelicxs_). Para além do campo espiritual evangélico, “Religiões, diversidade e democracia” por uma fé que abraça, acolhe e liberta foi um ato interreligioso que ocorreu na cidade de São Paulo, antecedente a parada LGBTI+ com diversos coletivos e grupos religiosos espíritas, católicas, evangélicas, budistas, judaicas, umbandistas e candomblecistas que fizeram a defesa que não é dicotômico a profissão de fé e ser LGBTQIAP+.

Ou seja, o direito de pertencer, comungar e professar uma fé ou o direito de não ter fé, é um direito e opção de escolha que todas as pessoas devem ter e cria-se espaços de resistências e de transformações teológicas por meio de brechas que subvertem as religiosidades fundamentalistas hegemônicas.

Merece destaque, ainda, a peça “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”, da já citada anteriormente Renata Carvalho, que faz interlocuções entre a religião cristã e as vivências trans; o trabalho da escritora, artista e psicóloga Castiel Vitorino Brasileiro, que debate cultura, sexualidade, psicologia e espiritualidade Bantu, trazendo questionamento sobre as identidades hegemônicas na sociabilidade contemporânea.

2.4 Linguagem

É por meio do trabalho que nos realizamos como sujeitos, sendo o trabalho uma categoria central para Marx, e “é toda a produção humana que permite aos seres humanos se relacionarem uns com os outros e se desenvolverem.” (FERREIRA,

¹²Sylvia Ryvera, uma das participantes e referências da Revolta de Stonewall pertencia a essa comunidade.

2020, p.158) Quando coletivo e livre conecta seres humanos como parte de um conjunto social. Assim, é também trabalho os esforços produzidos para construção de direitos sexuais e de gênero e a luta dos movimentos que reivindicam reconhecimento identitário (FERREIRA, 2020), e nessa perspectiva é também trabalho a construção de uma linguagem neutra.

A proposta de criação da linguagem neutra, não é uma proposta individual, mas uma proposta oriunda de uma quantidade massiva de pessoas que não se sentem representadas na língua como ela é hoje e propõe alterações.

O movimento feminista questiona o masculino universal da língua e propõe alterações, como a palavra “presidenta” para se referir a ex-residenta Dilma, por exemplo, desde que ela foi eleita, o uso do plural feminino quando há mais mulheres do que homens em determinado espaço.

Ophelia Cassiane (2022) afirma que há relatos de discussão de linguagem neutra na década de 70, porém não há registros que comprovem. Essa discussão não é recente nem exclusiva do Brasil, sendo discutida também em outros países e outras línguas, como a discussão na Suíça, desde a década de 60. Tem-se como justificativa a representatividade das pessoas intersexo, que sofrem violências desde seu nascimento (como mutilações genitais ou terapias forçadas) para adequá-las ou ao sexo masculino ou ao sexo feminino. Assim, a linguagem neutra é uma forma de garantir direitos básicos a esses bebês ou crianças, tendo uma forma de garantir e legitimar a existência delas, pois mesmo que essas violências médicas não ocorram, não há uma forma como os pais, parentes e outras pessoas chamá-los pois na linguagem atual não há como reconhecê-las¹³. Thais (2021), relata que seu filho intersexo não pode ter registro nascimento de nascimento por ter uma genitália indefinida. Garantir e reconhecer a existência e a identidade de pessoas não binárias, não somente na linguagem mas também na inserção de campos em documentos oficiais e cadastros. Romper com o “masculino genérico”, sendo essa demanda, como afirmado anteriormente, reivindicado pelo movimento feminista.

Propor a linguagem neutra, é uma forma de denunciar e romper com a

¹³Informação verbal emitida no curso: Aula Não Binaridade com Introdução à Linguagem Neutra em ago. de 2022, organizado por Jupp77er, Nega Preto e Ophelia Cassiane.

colonização dos corpos e de toda a cultura da qual ela perpassa. Assim, é uma forma de romper com a cisheteronormatividade como padrão.

Destaca-se como alguns nomes de pessoas que estão pensando sobre a temática no Brasil, Janaísa Viscardi doutora em linguística pela Unicamp e produtora de conteúdo nas redes sociais, Cleber Ferreira, Iran Melo, Ana Pessoto, Luiz Schwindt, Raquel Freitag, docentes universitários, pesquisadores e estudiosos da língua portuguesa. (Moreira, 2021) Amanda Iauara Ka'aeté (@travesty tupi) que estudava e apresentava propostas de linguagem neutra com base na língua tupi e Ophelia Cassiane que produziu o “Guia para Linguagem Neutra”

A modificação da linguagem pelas travestis, pessoas trans e outros LGBTQIAP+ não se passa somente pela linguagem neutra, mas também na criação de uma linguagem própria com palavras e expressões próprias que pode ser considerada um dialeto. Tal qual, foi elaborado um dicionário “Aurélia Pajubá”. Karylleila et al (2018) resgata no artigo “BAJUBÁ: LINGUAGEM DE GRUPO LGBTT COMO REPRESENTAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E CULTURAL” que a linguagem Pajubá/Bajubá inicialmente era uma linguagem utilizada pelas travestis e que posteriormente se expandiu para toda a comunidade LGBT e constatou-se a proximidade da linguagem Bajubá/Pajubá com línguas africanas, provavelmente pela proximidade entre as travestis e o candomblé.

2.5 Serviço Social e a garantia de direitos de pessoas trans

A categoria profissional de Serviço Social, também é um campo de disputa ideológica e política, De um lado dessa tensão, está a proposição de uma leitura crítica do cotidiano profissional e o compromisso social e político com o público. Desta forma, tem-se construído uma proposta de direcionamento e objetivos na estruturação de projetos e da prática interligada estritamente a visualidade crítica da totalidade para constituir as intervenções profissionais. Neste sentido, documentos como o Código de Ética e o Projeto Político Profissional são materialidades que subsidiam o exercício profissional crítico. Nesta perspectiva, estrutura-se debates interdisciplinares, interligando teoria e prática, na intenção de abordarmos e ter contato com o máximo de complexidades diante as situações vivenciadas no

cotidiano.

Como consequência, existe um debate crítico sobre gênero na categoria, que foi a primeira do Brasil a garantir a utilização do nome social no exercício profissional de pessoas transexuais e travestis (CFESS, 2019). Destaca-se ainda as publicações do *CFESS Manifesta* de 29 de jan. de 2013 sobre o *Dia Nacional da Visibilidade Trans*, a Resolução *CFESS nº 615/2011*, que “*dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do/a assistente social transexual nos documentos de identidade profissional*”; o folder “[Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no Conjunto CFESS-CRESS](#)” de 2019; o caderno “Série assistente social no combate ao preconceito” do ano de 2016, o Seminário Nacional “*Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate*” em 2015 como algumas ações realizadas pelo CFESS relacionados à temática.

Por outro lado, Ferreira (2018) afirma que a categoria não tem se ocupado desse tema como deveria entendendo que grande parte dos profissionais exercem a profissão de maneira institucionalizada e estão distantes das pautas de seus usuários, estando a profissão distante das questões que se relacionam às experiências de sujeitos LGBTQIAP+ e o tratamento dado a essas determinações tendem a ser focalizados ou nas expressões de violência ou em torno das políticas públicas, que descaracterizam a dimensão da contradição e da complexidade presente na vida cotidiana dos sujeitos através da resistência, das lutas sociais. E, ainda chama a atenção que o serviço social ao caracterizar a experiência LGBTQIAP+ com a análise centrada na classe subalterna no lugar da sujeição e subordinação é negar o reconhecimento delas como sujeitos históricos, negar suas agências, suas possibilidades de fazer história e que, o serviço social como área de conhecimento científico e como profissão tem passado longe da discussão sobre diversidade sexual e de gênero com exceção de poucos pesquisadores e de trabalhadores sustentando que a raiz conservadora da profissão pode explicar esse grande processo de invisibilização do tema no interior do serviço social. Para tanto, ele apresenta que o primeiro artigo sobre população transgênero no serviço social pertence aos anos 2000, duas décadas depois dessa discussão na ciência e dez

anos após as primeiras produções sobre o tema.

Assim, justifica-se a pertinência e a relevância deste trabalho, buscando reconhecê-los como sujeitos históricos, suas agências, potencialidades protagonistas no fazer histórico. Nascimento (2021), chama a atenção para a importância da leitura de produções escritas por travestis e transexuais, reconhecendo-as como produtoras de epistemologias e “não como exemplos exóticos de dissidência de gênero prontos para serem investigados por pesquisadores” (NASCIMENTO, 2021, p.26).

3.0 CONCLUSÃO

Esse trabalho buscou realizar a discussão entre gênero e tecnologia, apreendendo o gênero como uma tecnologia que vislumbra, estrutura e efetiva novas e infinitas formas de expressar-se enquanto ser social e reconhece as pessoas trans, travestigêneres e não-binárias como sujeitos que intervêm e constroem a realidade de maneira contra-hegemônica utilizando-se de potencialidades críticas na produção de tecnologias no teatro, na linguagem, da espiritualidade, por meio de ferramentas virtuais tecendo redes e novos espaços de sociabilidade que direcionam uma luta em direção a uma emancipação política e provocam fissuras no sistema cis-hetero-patriarcal-capitalista que quiçá permitam sua superação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Karylleila. Santos.; GONÇALVES, Sheila de Carvalho P.; PORTO, Filipe.; SILVA ANDRADE, Luciana. C. e. BAJUBÁ: LINGUAGEM DE GRUPO LGBTT COMO REPRESENTAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E CULTURAL. **DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 36–46, 2018. DOI: 10.20873/uft.23593652201854p36. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/5744>. Acesso em: 24 ago. 2022.

ANJOS, Fellipe dos. **Biopolíticas do sacrifício**: religião e militarização da vida na pacificação das favelas do Rio de Janeiro. São Paulo: Recriar, 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS Instagram: @antra.oficial Disponível em: <https://www.instagram.com/antra.oficial/>. Acesso em

20 de ago. de 2022.

BRAVA. Instagram: @brava.sp. Disponível em: <https://www.instagram.com/brava.sp/>. Acesso em 20 de ago. de 2022.

_____. CFESS MANIFESTA. **Dia Nacional da Visibilidade Trans**. Brasília Conselho Federal de Serviço Social 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2013_visibilidadetrans-site.pdf Acesso em 20 de ago. de 2022.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

_____. **Resolução CFESS nº615/2011**. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do/a assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf>. Acesso em 20 de ago. de 2022.

_____. **Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans**: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroSeminarioTrans2015-Site.pdf>. Acesso em 20 de ago. de 2022.

_____. **Série assistente social no combate ao preconceito: Transfobia**. Brasília, Conselho Federal de Serviço Social 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>. Acesso em 20 de ago. de 2022.

_____, CRESS. **Orientações para o atendimento de pessoas Trans no conjunto CFESS-CRESS**. Brasília 2019. Conselho Federal de Serviço Social Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-NomeSocial-Folder30x25cm-Montado.pdf> Acesso em 20 de ago. de 2022.

Coletivo Ciganagens. Instagram: @ciganagens Disponível em: <https://www.instagram.com/ciganagens/>. Acesso em 20 de ago. de 2022.

DIVINAS DIVAS. Direção de Leandra Leal. Rio de Janeiro: Dasa Filmes, 2017, 110

minutos.

EMILIA, Thais. Mulheres Intersexo com Thais Emilia. 2021. ABRAI Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e1gzTqVJBMk>> Acesso em 8 de agosto de 2022.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Diversidade sexual e de gênero e o serviço social no sociojurídico**. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. **Travestis e prisões**: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil. Curitiba: Multideia 2015. Ebook.

_____. A classe nos une e a sexualidade nos divide? A noção de sujeito no marxismo e nos movimentos queer. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH)**. V.3 N.10 (2020). P. 150-158. Jul/set 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2020.10>. Acesso em 10 de ago. de 2022.

EVANGELICXS. Instagram: @evangelicxs. Disponível em: https://www.instagram.com/evangelicxs_/. Acesso em 20 de ago. de 2022.

FAUSTINO, Deivison. Capitalismo, colonialismo e racismo: reflexões preliminares sobre racialização digital. In: Estamos sob ataque!, São Paulo: Instituto Silvia Lane, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/victo/Downloads/Artigo-Racializacao-digital-Deivison-Faustino%20(1).pdf> Acesso em 18 ago. 2022.

FIOCRUZ. Aplicativo Dandarah vai mapear zonas de risco para a população LGBT. Rio de Janeiro. **Fiocruz**. 2019. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/aplicativo-dandarah-vai-mapear-zonas-de-risco-para-populacao-lgbt>. Acesso em 23 de ago. de 2022.

ICM BRASIL . **Sylvia Rivera Completaria 70 anos hoje**. s/d s/l . Disponível em: <https://www.icmbrasil.org.br/sylvia-rivera-completaria-70-anos-hoje/>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

JUPP77ER, PRETO,Nega, CASSIANE, Ophelia. Não-Binaridade & Linguagem Neutra. 2022. Curso livre.

KA'AETÉ, Amanda Íaûara. Instagram: @travestytupi. Disponível em: <https://www.instagram.com/travestytupi/>. Acesso em 31 de jul. de 2022.

MAWÉ, Samela Sateré. Instagram: @sam_sateremawe Disponível em: https://www.instagram.com/sam_sateremawe/ . Acesso em 20 de ago. de 2022.

MÃES PELA DIVERSIDADE. Instagram: @maespeladiversidade Disponível em: <https://www.instagram.com/maespeladiversidade/>. Acesso em 20 de ago. de 2022.

MÍDIA ÍNDIA. Instagram: @midiaindiaoficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/midiaindiaoficial/>. Acesso em 20 de ago. de 2022.

MÍDIA NINJA . Instagram: @midianinja. Disponível em: <https://www.instagram.com/midianinja/>. Acesso em 20 de ago. de 2022.

MOREIRA, Sandra Seabra. Linguagem neutra: 'todes' ganha força entre especialistas. **Revista Educação**. 15 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2021/12/15/linguagem-neutra-ganha-forca/>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NETTO, José Paulo. **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

O JOIO E O TRIGO. Instagram: @ojoioeotrigo. Disponível em: <https://www.instagram.com/ojoioeotrigo/> Acesso em 20 de ago. de 2022.

PATAXÓ, TUKUMÃ. Instagram: @tukuma_pataxo. Disponível em: Disponível em: www.instagram.com/tukuma_pataxo. Acesso em 20 de ago. de 2022.

SANTOS, Thais Emilia de Campos dos. Mulheres intersexo com Thais Emília . Publicado por ABRAI. Youtube , 08 de março de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e1gzTqVJBMk> Acesso em: 15 de ago. de 2022.

TRANSEMPREGOS. Instagram: @transempregos. Disponível em: <https://www.instagram.com/transempregos/>. Acesso em 20 de ago. de 2022.

TORRES, Thiago. Instagram: @chavosodausp. Disponível em: <https://www.instagram.com/chavosodausp/> Acesso em 20 de ago. de 2022.

VELOSO, Renato. **Serviço Social, Trabalho, e Tecnologia da Informação**. EM

PAUTA, Rio de Janeiro, v.9, n.27, p.71-90, julh. 2011. Disponível em <file:///C:/Users/victo/Downloads/2499-10595-1-PB%20(1).pdf> Acesso em 22 maio 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos e tendências contemporâneas no Serviço Social In GUERRA, Yolanda ...[et al] **Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica**. Campinas, Papel Social, 2018. p. 47 a 58.